

Resumo Público do Projeto Pedagógico SHE

Prezados (as),

Este documento reúne o **Resumo Público do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)** elaborado para divulgação institucional em linguagem clara e objetiva, preservando informações internas e operacionais que compõem o PPC integral.



O PPC é o instrumento que explicita a **identidade acadêmica do curso**, seus princípios, diretrizes formativas, organização curricular e estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação. Sua construção e atualização seguem a lógica de **coerência entre perfil do egresso, competências, matriz curricular, metodologias, cenários de prática, avaliação e governança**, em conformidade com o marco regulatório vigente e com as **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aplicáveis ao curso**.

O **Resumo Público do PPC** tem como objetivos:

1. **Dar transparência institucional** aos elementos estruturantes do curso, permitindo que candidatos, estudantes, famílias, parceiros e sociedade compreendam sua proposta formativa.
 2. **Apresentar, em visão sintética, a organização curricular e o percurso formativo**, destacando seus principais eixos, componentes curriculares e experiências acadêmicas, sem expor detalhamentos sensíveis.
 3. **Evidenciar o alinhamento às DCNs e ao marco regulatório vigente**, demonstrando a articulação entre formação por competências, ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática profissional.
-
1. **Preservar informações internas e estratégicas**, não divulgando conteúdos operacionais, evidências institucionais, estratégias pedagógicas proprietárias, fluxos de gestão, instrumentos avaliativos, indicadores e demais elementos que compõem o patrimônio acadêmico e institucional da IES.
 2. **Proteger dados e informações institucionais sensíveis**, assegurando que a comunicação pública não exponha detalhes que possam comprometer a governança, contratos, parcerias, processos acadêmico-administrativos ou a integridade das informações institucionais.

Sumário

RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) CURSO DE GRADUAÇÃO DIREITO	3
---	----------

RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO SHE**AFYA – ITABUNA • [ITABUNA - BAHIA] • Versão pública para divulgação institucional****1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

DENOMINAÇÃO	DIREITO (BACHARELADO)
INSTITUIÇÃO	AFYA ITABUNA
LOCALIZAÇÃO	ITABUNA/BA
MODALIDADE	PRESENCIAL
DURAÇÃO	10 SEMESTRES, NO MÍNIMO
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.700 HORAS
TURNO	NOTURNO, CONFORME DISPONIBILIDADE INSTITUCIONAL, VIGENTE
VAGAS AUTORIZADAS	100 VAGAS ANUAIS

2. APRESENTAÇÃO E FINALIDADE DO DOCUMENTO PÚBLICO

Este resumo público apresenta, em linguagem acessível e objetiva, os principais elementos estruturantes do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Afya Itabuna. Seu objetivo é dar transparência à proposta formativa, permitindo que candidatos, estudantes, famílias, parceiros e a sociedade conheçam a identidade, a organização curricular e os compromissos acadêmicos do curso, sem expor informações internas, operacionais ou estratégicas. O PPC integral permanece disponível para consulta nas instâncias institucionais competentes, para fins acadêmicos, administrativos e regulatórios.

3. BASE NORMATIVA E PRINCÍPIOS FORMATIVOS

O curso está estruturado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, especialmente a Resolução CNE/CES nº 5/2018, atualizada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, bem como com as normas aplicáveis à curricularização da extensão, incluindo a Resolução CNE/CES nº 7/2018.

A proposta formativa orienta-se por uma educação jurídica crítica, humanística, ética, interdisciplinar e socialmente comprometida, com ênfase nos direitos humanos, na justiça social, na cidadania, na diversidade, na igualdade, na proteção de grupos vulnerabilizados e na defesa do Estado Democrático de Direito. O curso busca articular ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, considerando as transformações sociais, tecnológicas e normativas contemporâneas.

4. PERFIL DO EGRESSO

O egresso será preparado para atuar nas diferentes carreiras e campos profissionais do Direito, com domínio técnico-jurídico, capacidade de interpretar e aplicar as normas jurídicas, raciocínio crítico e analítico, argumentação, comunicação oral e escrita, resolução de problemas e atuação colaborativa.

Espera-se que desenvolva postura ética, responsabilidade social, autonomia intelectual e capacidade de compreender o fenômeno jurídico em suas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, inclusive em temas relacionados aos direitos humanos, à diversidade, às relações de gênero, à proteção de dados, à inteligência artificial e aos novos desafios do mundo digital.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E MATRIZ DO CURSO

A organização curricular é progressiva e integrada, articulando formação geral e humanística, formação técnico-jurídica e formação prático-profissional. A proposta aproxima teoria e prática desde os períodos iniciais, com matérias no primeiro semestre como Laboratório de Habilidade Jurídicas e promove, ao longo do percurso, o desenvolvimento de competências para a interpretação, argumentação, tomada de decisão e atuação responsável em situações jurídicas concretas.

Nos três primeiros períodos, o estudante tem contato com componentes propedêuticos e com uma abordagem histórica, filosófica, política, social e interdisciplinar do fenômeno jurídico. A partir do segundo período, são aprofundados conteúdos de profissionalização, acompanhados de projetos de extensão, atividades práticas, estudos de caso e experiências de aplicação do conhecimento.

5.1. EIXOS ESTRUTURANTES (SÍNTESE)

Formação geral e humanística: fundamentos históricos, filosóficos, políticos, sociais, culturais e éticos do Direito.

Formação técnico-jurídica: estudo dos principais ramos do Direito e dos instrumentos de interpretação, aplicação e efetivação das normas jurídicas.

Práticas jurídicas e desenvolvimento de competências: estudos de caso, resolução de problemas, simulações de audiências e júris, elaboração de peças, práticas de negociação, mediação e conciliação.

Pesquisa, inovação e produção do conhecimento: metodologia científica, iniciação científica, investigação jurídica, produção acadêmica e pensamento crítico.

Extensão e integração com a sociedade: projetos extensionistas, educação em direitos, Clínica de Direitos Humanos, ações de cidadania e aproximação com comunidades e instituições.

Tecnologias educacionais e aprendizagem ativa: uso de recursos digitais, ambientes virtuais, metodologias ativas e análise de situações-problema, inclusive em temas de Direito Digital.

Prática profissional supervisionada: atividades vinculadas ao Núcleo de Práticas Jurídicas, ao estágio curricular obrigatório e a experiências simuladas e reais de atuação jurídica.

5.2. DIFERENCIAIS FORMATIVOS DESCRITOS NO PPC (VISÃO PÚBLICA)

Articulação entre teoria e prática desde os períodos iniciais do curso.

Formação orientada por competências, com desenvolvimento progressivo da autonomia, da ética e da capacidade de resolver problemas.

Utilização de metodologias ativas, estudos de caso, problematização, simulações, oficinas e recursos tecnológicos.

Integração entre ensino, pesquisa e extensão, com projetos relacionados às demandas sociais e profissionais.

Abordagem interdisciplinar de direitos humanos, diversidade, gênero, cidadania, acesso à Justiça e proteção de grupos vulnerabilizados.

Inserção de temas contemporâneos, como Direito Digital, proteção de dados, inteligência artificial e novas tecnologias.

Estímulo à iniciação científica, à produção acadêmica, à monitoria, às atividades complementares e à participação em projetos de extensão.

Desenvolvimento de habilidades de comunicação, argumentação, negociação, mediação, conciliação e atuação colaborativa.

5.3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular foi elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e discutida e aprovada em 2024, no contexto da proposição de abertura do curso. O quadro-síntese do PPC apresenta 3.800 horas, distribuídas em 2.880 horas de componentes curriculares, 390 horas de extensão curricularizada, 330 horas de estágio curricular obrigatório e 200 horas de atividades complementares.

A seguir, apresenta-se a síntese pública dos componentes curriculares por período:

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
TEORIA GERAL DO DIREITO	60
HISTÓRIA DO DIREITO	60
PSICOLOGIA JURÍDICA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS	30
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	60
CRIMINOLOGIA	30
DIREITO, LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO	30
CONCEITOS BÁSICOS E PRÁTICA FORENSE E HABILIDADES PROFISSIONAIS	60
TOTAL DO PERÍODO	330

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CONSTITUCIONAL – TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	60
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	30
PROJETO DE EXTENSÃO I	60
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL	60
TEORIA GERAL DO PROCESSO	60
TECNOLOGIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	30
DIREITO PENAL – TEORIAS DO CRIME	60
TOTAL DO PERÍODO	360

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CONSTITUCIONAL – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E SEUS PODERES	60

DIREITO CIVIL – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PARTE GERAL	60
DIREITO PENAL – TEORIAS DA PUNIBILIDADE	60
PROJETO DE EXTENSÃO II	60
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE	30
MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	30
TOTAL DO PERÍODO	360

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CIVIL – DIREITO DOS CONTRATOS	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – INSTRUÇÃO PROCESSUAL	60
DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE	30
DIREITO DO TRABALHO – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	60
PROJETO DE EXTENSÃO III	60
DIREITO PENAL – CRIMES EM ESPÉCIE I	60
TOTAL DO PERÍODO	330

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CIVIL – CONTRATOS EM ESPÉCIE E RESPONSABILIDADE CIVIL	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E RECURSOS	60
DIREITO PENAL – CRIMES EM ESPÉCIE II	60
PROCESSO CONSTITUCIONAL	60

DIREITO PROCESSUAL PENAL – PROCESSO EM GERAL	60
PROJETO DE EXTENSÃO IV	60
DIREITO DO TRABALHO – RELAÇÕES COLETIVAS	60
TOTAL DO PERÍODO	420

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CIVIL – DIREITOS REAIS	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE EXECUÇÃO	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL – INSTRUÇÃO, NULIDADES E RECURSOS	60
DIREITO ADMINISTRATIVO GERAL	60
PROJETO DE EXTENSÃO V	60
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	30
CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS	60
TOTAL DO PERÍODO	390

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CIVIL – DIREITO DAS FAMÍLIAS	60
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	30
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	60
PROJETO DE EXTENSÃO VI	60
DIREITO ADMINISTRATIVO – CONTRATOS E PROCESSOS	60
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60
PRÁTICA CIVIL E CONSUMEIRISTA	60
TOTAL DO PERÍODO	390

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO CIVIL – DIREITO DAS SUCESSÕES	60
DIREITO EMPRESARIAL GERAL	60
TRABALHO DE CURSO I	30
DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL	60
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30
PROJETO DE EXTENSÃO VII	30
ÉTICA, DEONTOLOGIA E GESTÃO DA ADVOCACIA	30
PRÁTICA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI	60
TOTAL DO PERÍODO	360

9º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
DIREITO EMPRESARIAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL	60
TRABALHO DE CURSO II	30
ELETIVA I	30
DIREITO TRIBUTÁRIO – NORMAS ESPECÍFICAS	60
GESTÃO E EMPREENDEDORISMO	30
PRÁTICA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	60
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE	30
DIREITOS DA PESSOA IDOSA	30
TOTAL DO PERÍODO	330

10º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
-----------------------	----

DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO	60
ELETIVA II	60
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	60
DIREITO ELEITORAL	30
DIREITO DIGITAL	30
PRÁTICAS DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	90
TOTAL DO PERÍODO	330

Eletivas previstas no PPC incluem, entre outras, Felicidade – Psicologia Positiva, Sentido e Propósito; Direito Financeiro; Medicina Legal; Direito, Cinema e Literatura; Metodologias do Ensino Jurídico; Libras; Direito da Pessoa com Deficiência; Direitos dos Povos Originários e Tradicionais; Processo Administrativo e Judicial Tributário; e Direito, Migrações Contemporâneas e Governança Global.

6. METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem é centrado no estudante e busca promover a articulação entre teoria e prática, a autonomia intelectual e o desenvolvimento progressivo das competências previstas no perfil do egresso. São utilizadas estratégias diversificadas, tais como estudo de caso, problematização, aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida, oficinas, debates, seminários, análise de decisões, elaboração de peças, simulações de audiências e júris, práticas de negociação, mediação e conciliação, além de recursos digitais e atividades integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem possui caráter contínuo, diagnóstico, formativo e somativo, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes. Os instrumentos avaliativos são definidos nos planos de ensino e podem contemplar avaliações escritas, atividades práticas, estudos de caso, trabalhos individuais ou coletivos, apresentações, produções acadêmicas e outras estratégias compatíveis com os objetivos dos componentes curriculares. Os critérios de

frequência, aprovação e recuperação observam as normas institucionais e o Regimento da IES.

8. ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS E CENÁRIOS DE PRÁTICA

O estágio curricular supervisionado obrigatório possui 330 horas, conforme o quadro-síntese da matriz curricular. As atividades são desenvolvidas de maneira progressiva, envolvendo práticas simuladas e reais, elaboração de peças e documentos jurídicos, atendimento à comunidade, orientação jurídica, participação em audiências, exercício de técnicas de negociação, conciliação e mediação, utilização de sistemas de processo judicial eletrônico e atividades vinculadas ao Núcleo de Práticas Jurídicas.

O PPC também prevê a possibilidade de realização de atividades em órgãos, instituições e entidades conveniadas, observados os requisitos legais, institucionais e de supervisão acadêmica.

9. PESQUISA, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O curso adota a integração entre ensino, pesquisa e extensão como princípio formativo. A matriz prevê 390 horas de extensão curricularizada, distribuídas em projetos e atividades que aproximam a instituição das demandas sociais e do contexto regional.

Entre as ações previstas estão projetos de educação em direitos, cidadania, acesso à Justiça, direitos humanos, defesa de direitos individuais e coletivos, atendimento e orientação a comunidades, atividades da Clínica de Direitos Humanos e iniciativas voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade. A pesquisa é estimulada por meio da metodologia científica, de trabalhos de curso, projetos, grupos de estudo, iniciação científica e produção acadêmica.

10. ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E APOIO AO ESTUDANTE

A proposta do curso incorpora os princípios da igualdade, da não discriminação, dos direitos humanos e da acessibilidade. São valorizadas ações de acolhimento, acompanhamento acadêmico e apoio ao estudante, bem como a adoção de adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade, conforme as políticas institucionais e a legislação aplicável.

A formação também contempla, de maneira transversal, temas relacionados à diversidade, às relações de gênero, à proteção das mulheres, aos

direitos das pessoas com deficiência, aos direitos da população LGBTQIAPN+ e à proteção de outros grupos socialmente vulnerabilizados.

11. GESTÃO DO CURSO E MELHORIA CONTÍNUA

A gestão acadêmica do curso envolve a Coordenação, o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), com atribuições relacionadas à implementação, ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento do PPC. A melhoria contínua é apoiada pela avaliação institucional, pela atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), pelo acompanhamento de indicadores acadêmicos e pela análise das transformações jurídicas, sociais, tecnológicas e profissionais que impactam a formação em Direito.

12. INFRAESTRUTURA E RECURSOS EDUCACIONAIS

A execução do PPC conta com salas de aula, biblioteca, acervo e bases de dados, auditórios, recursos tecnológicos, ambientes virtuais de aprendizagem e espaços destinados às atividades de prática jurídica. Destacam-se o Núcleo de Práticas Jurídicas, os ambientes para simulações e atividades acadêmicas, além dos recursos necessários ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, observadas as condições institucionais de funcionamento e atendimento aos estudantes.

13. TRANSPARÊNCIA E ACESSO AO PPC INTEGRAL

O PPC integral reúne o detalhamento da proposta formativa, da matriz curricular, das ementas, das bibliografias, das políticas acadêmicas, das práticas jurídicas e dos instrumentos de gestão e avaliação. Para fins de transparência e consulta, o documento integral poderá ser solicitado à Secretaria Acadêmica ou às instâncias institucionais responsáveis, conforme os procedimentos vigentes.